



SOCIEDADE

Novas leis ampliam a proteção das mulheres

1) acusados de violência doméstica usarão tornozeleira eletrônica; 2) uso de IA ou outra tecnologia em casos de agressão psicológica aumentará pena; e 3) grávidas, puérperas e adotantes não poderão ser discriminadas na concessão de bolsas de estudo ou pesquisa

» DANANDRA ROCHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, três leis que reforçam a proteção de mulheres em diferentes frentes, do combate à violência à garantia de oportunidades acadêmicas. As novas normas ampliam o alcance de políticas públicas já em curso e respondem a demandas históricas dos movimentos sociais. “É um passo muito importante para que o Brasil prove ao seu povo e sirva de exemplo a outros países de que se tiver capacidade, coragem, determinação e, se teimar a vida inteira, vamos conseguir construir uma sociedade em que a gente aprenda a respeitar os outros, a viver com as diferenças, a aprender que ninguém é inferior nem é superior a ninguém”, afirmou Lula.

Uma das sanções foi a do PL 5.427/23, do deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ), que obriga o uso de tornozeleiras eletrônicas para monitorar agressores em casos de violência doméstica, como forma de fortalecer as medidas protetivas previstas na Lei 11.340/06 — a Lei Maria da Penha. Agora, com o equipamento, tanto a vítima quanto as autoridades de segurança pública poderão ser alertadas, em tempo real, sobre a aproximação do agressor.

Outra sanção foi a do PL 370/24, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que traz uma mudança significativa no aumento da punição de crimes de violência psicológica contra as mulheres cometidos com o uso de tecnologia. A partir de agora, se for comprovado que houve utilização de inteligência artificial (IA) ou outro meio tecnológico para manipular imagem ou som da vítima, a lei sancionada aumenta em 50% a pena de seis meses a dois anos, mais multa, o crime de violência psicológica contra a mulher.

“São agressões que mexem com a dignidade, com a reputação, com a autoestima. São, muitas vezes, deep fakes que humilham essas mulheres e que geram para elas situações incorrigíveis,



São agressões que mexem com a dignidade. Deep fakes humilham essas mulheres e geram situações incorrigíveis”

Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

muitas vezes, por um longo tempo”, explicou Jandira.

Isonomia de chances

A terceira medida sancionada, de autoria da deputada federal Erika Hilton (PSol-SP), diz respeito ao ambiente acadêmico e busca assegurar igualdade de oportunidades para mães estudantes. Segundo o PL 475/24, passa a ser proibida qualquer forma de discriminação de grávidas, puérperas ou mulheres envolvidas em processos de adoção em processos seletivos de concessão de bolsas — tanto na graduação quanto na pós. Instituições que desrespeitarem a norma podem ser responsabilizadas e o responsável pelo ato discriminatório, demitido.

“É um orgulho para mim ser autora deste projeto e agradeço ao presidente Lula pela sanção. Com a nova lei, as mães, gestantes, puérperas e aquelas que estão no processo de adoção não poderão ser vítimas de critérios discriminatórios das instituições de ensino superior e agências de fomento”, frisou Erika, em publicação nas redes sociais.

A cerimônia de sanção dos PLs reuniu os autores dos projetos, as deputadas federais Benedita da Silva (PT-RJ) e Juliana Cardoso (PT-SP), a primeira-dama Janja, as ministras Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais) e Cida Gonçalves (Mulheres), e a secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi.

Antônio Cruz/Agência Brasil



Janja (ao microfone) e as ministras no encontro das mulheres do Brics: debate sobre aumento da participação feminina em espaços de poder

Ministras no Brics debatem ações contra a brutalidade

Com o objetivo de centralizar a agenda de igualdade de gênero nos debates sobre desenvolvimento econômico e inovação sustentável entre os países do Brics, o Ministério das Mulheres promoveu, ontem, a Reunião Ministerial de Mulheres do Brics. Segundo a ministra Cida Gonçalves (Mulheres), apesar de o encontro ter girado em torno de três temas — “Mulheres, Desenvolvimento e Empreendedorismo”, “Governança Digital: Misoginia e Desinformação” e “Empoderamento das Mulheres, Ação Climática e Desenvolvimento Sustentável” —, a grande preocupação é relacionada ao uso de tecnologias digitais, redes sociais e os efeitos do mau uso da inteligência artificial (IA).

Conforme destacou, esses fatores amplificaram a violência contra mulheres. Cida salientou, ainda, a preocupação do avanço

“Red pills” e “Incels”

Crescem na web os grupos de ódio às mulheres e que as culpam pelo suposto declínio da masculinidade. Os “red pills” propõem a submissão feminina. Outra preocupação das entidades de direitos das mulheres são os grupos de “incels”, contração das palavras em inglês “involuntary celibates”. Os “celibatários involuntários” definem-se como incapazes de achar uma parceira, apesar de desejarem tê-la, e as culpam por isso. Esse é um dos temas da minissérie *Adolescência*, cujos panos de fundo são a influência das redes sociais sobre os adolescentes e as frustrações sexuais, que podem levar a atos extremos contra as mulheres.

da “**misoginia nas redes sociais**” e a forma como a inteligência artificial e as fake news têm atingido as mulheres”. A ministra citou como um dos efeitos diretos disso o aumento significativo de casos de feminicídio no Brasil, que ela classificou como uma “epidemia”.

Para Cida, as leis sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também ontem, refletem a necessidade de atualizar o arcabouço jurídico brasileiro diante de novas formas de violência. “As duas leis, tanto a da inteligência artificial quanto a da tornozeleira eletrônica, vêm complementar a Lei Maria da Penha. Em 2006 [ano em que a Lei Maria da Penha foi sancionada], não tínhamos rede social. A gente não imaginava que ia ser isso que está acontecendo”, lamentou.

A reunião das mulheres do Brics enfatizou, também, a inserção feminina nos espaços de

poder — sobretudo no setor financeiro. “Esse é o debate que queremos fazer. Que não seja só uma, como a gente tem no Banco do Brasil. É estar nas bolsas de valores, nos lugares onde está todo o centro financeiro e a discussão sobre o desenvolvimento”, defendeu a ministra.

Cida chamou atenção para a persistente desigualdade salarial — no Brasil é ainda em torno de 20,9% — e destacou acordos de cooperação com países como China e Emirados Árabes Unidos. Segundo a ministra, apesar das diferenças culturais, há oportunidades de aprendizado mútuo.

Pelo Brasil, participaram, junto com Cida Gonçalves, as ministras Anielle Franco (Igualdade Racial), Macaé Evaristo (Direitos Humanos) e Esther Dweck (Gestão e Inovação). A primeira-dama Janja também esteve presente aos debates. (DR)

Gilmar paralisa análise de quebra de sigilo em busca

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista (mais tempo para análise) e suspendeu, ontem, o julgamento sobre a quebra de sigilo de históricos de busca na internet. A Corte analisa se é possível decretar a quebra de sigilo das pesquisas on-line com base em palavras-chave, sem identificar previamente usuários específicos. Nesse caso, buscadores e provedores serão obrigados a identificar todas as pessoas que tenham pesquisado os termos de interesse.

O pano de fundo do julgamento é a execução da vereadora Marielle Franco, assassinada em um atentado em 2018. O Google recorreu ao STF contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que obrigou a empresa a compartilhar a lista de usuários que pesquisaram a parlamentar na semana anterior ao crime.

O STJ pediu a relação de

pessoas que buscaram termos como “Marielle Franco”, “vereadora Marielle”, “agenda vereadora Marielle”, “Casa das Pretas” e “Rua dos Inválidos”, último endereço frequentado pela vereadora. A decisão não foi cumprida. O julgamento tem repercussão geral, ou seja, a decisão do STF vai servir como diretriz para todos os juízes e tribunais nas instâncias inferiores.

Os ministros vêm tentando construir uma tese que preserve o direito à privacidade dos usuários sem, no entanto, amarrar o trabalho dos órgãos de investigação. Os debates vêm ocorrendo nos bastidores.

Há uma dupla preocupação. De um lado, o STF busca evitar brechas que permitam a instrumentalização dessas quebras de sigilo para direcionar investigações indevidamente, o que se chama no jargão jurídico de “pesca probatória” — apuração genérica que mira um alvo específico

Antonio Augusto/STF



e tenta produzir provas contra ele sem uma hipótese criminal previamente estabelecida.

Solução

De outro, os ministros procuram uma solução para não

limitar os instrumentos de investigação da polícia. A quebra de sigilo dos históricos de busca é um recurso usado frequentemente em inquéritos sobre pedofilia e pornografia infantil, por exemplo.

Até o momento, o julgamento

está empatado em 2 x 2. A ministra Rosa Weber (aposentada) e o ministro André Mendonça defendem que a Justiça não pode quebrar o sigilo dos usuários de forma generalizada, sem especificar os alvos. Os ministros Alexandre de Moraes e Cristiano

Decano é o terceiro ministro a travar julgamento sobre quebra de sigilo de busca por meio de palavras-chaves na internet

Zanin consideram que as quebras de sigilo são possíveis, mediante autorização judicial, desde que as decisões sejam bem fundamentadas e atendam a critérios objetivos.

Os demais ministros poderiam antecipar os votos, mas decidiram aguardar Gilmar Mendes. Não há data para a retomada da votação. O regimento interno do STF concede 90 dias para os ministros devolverem os processos em caso de pedido de vista. Se a ação não for devolvida no prazo, ela é liberada automaticamente para ser incluída novamente na pauta.

É a terceira vez que o julgamento é suspenso. Antes de Gilmar Mendes, os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça já haviam interrompido a votação para refletirem sobre o caso.